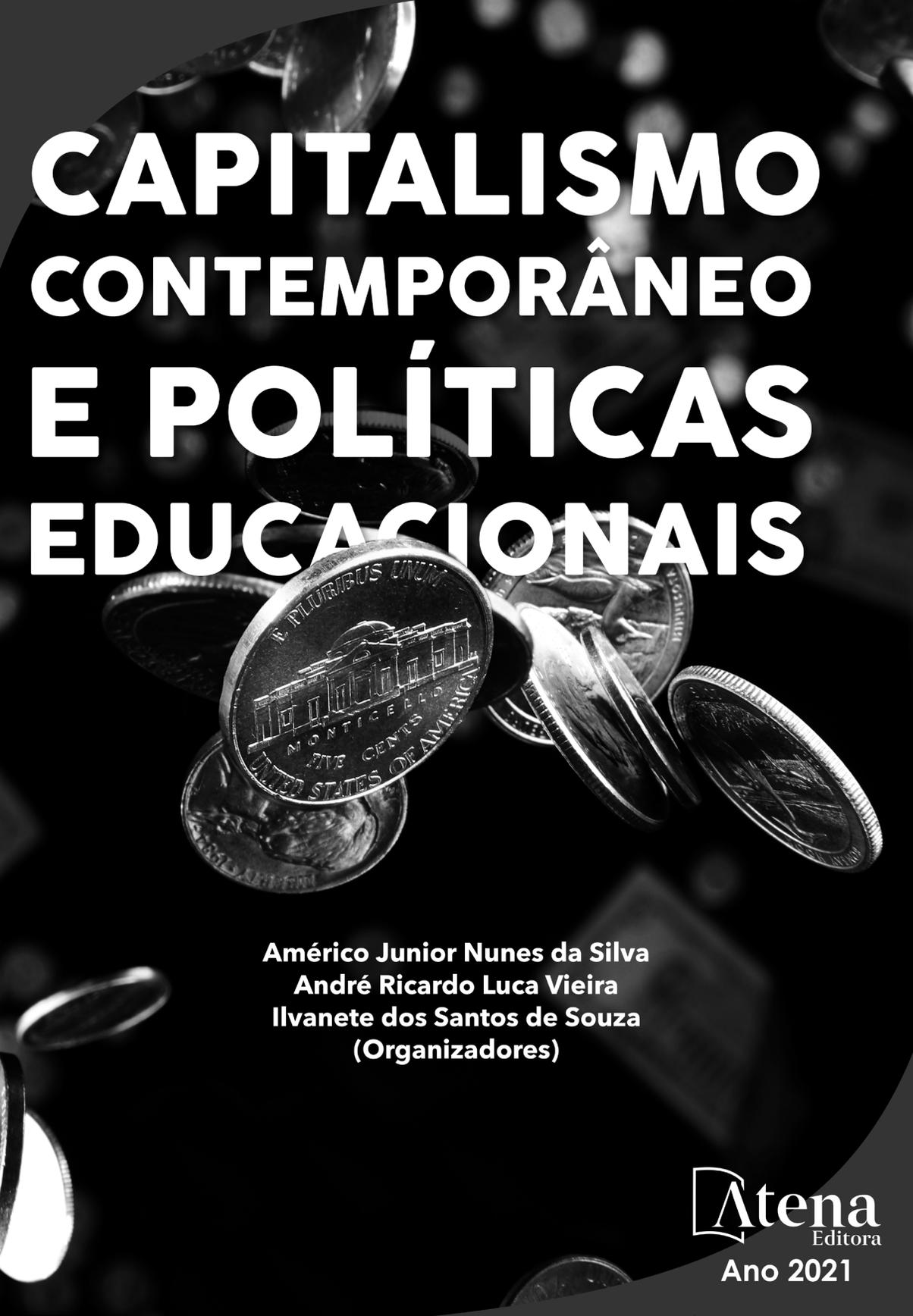


CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Luca Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza
(Organizadores)**

Atena
Editora

Ano 2021



CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Luca Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza
(Organizadores)**

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaió – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Ivanete dos Santos de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C244 Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira, Ivanete dos Santos de Souza. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-167-8

DOI 10.22533/at.ed.678211106

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Souza, Ivanete dos Santos de (Organizadora). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021, com a aprovação do uso das vacinas no Brasil e com aplicação a passos lentos, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Como assevera Santos (2020), desde que o neoliberalismo foi se impondo como versão dominante do capitalismo o mundo tem vivenciado um permanente estado de crise; onde a educação e doutrinação, o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado são os principais modos de dominação ao nível dos Estados.

Nesse sentido, a pandemia, ainda segundo o autor anteriormente referenciado, veio apenas agravar a crise que a população tem vindo a ser sujeita. Esse movimento sistemático de olhar para as crises, postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto dessa crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “**Capitalismo Contemporâneo e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que aceitaram fazer parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

Ilvanete dos Santos de Souza

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E SEUS IMPACTOS SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: O CASO DA ALDEIA AÇAIZAL – AMAZÔNIA – BRASIL

Hellen Regina Martins Rocha

Vanja da Cunha Bezerra

Messias Furtado da Silva

Claudio Emidio-Silva

DOI 10.22533/at.ed.6782111061

CAPÍTULO 2..... 15

MOVIMENTOS SOCIAIS E A POLITICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO

Armanda Rachel Botelho Mourão

William de Farias Barros

DOI 10.22533/at.ed.6782111062

CAPÍTULO 3..... 26

CICLO DE DEBATES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMANDO UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Ethel Louise Pereira dos Santos

Larissa Antunes Zanotti

Maria Virgínia Martins Mattar

Nathália Gonçalves Ferreira

Giovanna Carvalho de Almeida Avelar

Gustavo Costa de Souza

DOI 10.22533/at.ed.6782111063

CAPÍTULO 4..... 38

A EVOLUÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS MUDANÇAS DESDE A PRIMEIRA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL ATÉ A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

Marcella Arraes Castelo Branco

Elenice de Alencar Silva

Flávio Ricardo Silva Sousa

DOI 10.22533/at.ed.6782111064

CAPÍTULO 5..... 52

CONSTRUÇÕES LÚDICAS DE BONECAS (OS) NA PERSPECTIVA DO CORPO E GÊNERO

Lidia Andrade da Silva

Leilane Alves Chaves

Nathália Martins Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.6782111065

CAPÍTULO 6..... 62

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E REFERÊNCIAS ANGLO- AMERICANAS NO

PENSAMENTO DE ANÍSIO TEIXEIRA DO PERÍODO DE 1951 A 1971

Naiara Ramos

José Geraldo Pedrosa

DOI 10.22533/at.ed.6782111066

CAPÍTULO 7..... 72

REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DO MEIO AMBIENTE PARTILHADAS POR ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Francisca de Fátima de Lima Sousa

Dálet Helen Vasconcelos Veras Lima

João Pedro Cardoso de Macedo

Dinalva Clara Monteiro Santos Silva

Wyadyson Francisco de Sousa Maciel

DOI 10.22533/at.ed.6782111067

CAPÍTULO 8..... 84

O PROGRAMA INTEGRAL DE SAÚDE DA MORADIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Nathália Dias Pereira Alves Oliveira

Renato Pereira da Silva

Maria das Dores Saraiva de Loreto

DOI 10.22533/at.ed.6782111068

CAPÍTULO 9..... 95

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: COMO EDUCAR PARA A PAZ EM TEMPOS DIFÍCEIS?

Denilson Douglas de Lima Cardoso

Valdivina Alves Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.6782111069

CAPÍTULO 10..... 105

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA, UMA REALIDADE POSSÍVEL: LEI Nº 7.040/98/ SEDUC/MT NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE MATO GROSSO

Márcio Paz Câmara

Silvia Regina Canan

DOI 10.22533/at.ed.67821110610

CAPÍTULO 11 115

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO ACERCA DOS PROFESSORES DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Mirela Viersa Morillo

Rodrigo Augusto Prando

DOI 10.22533/at.ed.67821110611

CAPÍTULO 12..... 132

COOPERAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL: A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE JUIZ DE FORA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO

Polyana Gomes de Matos

DOI 10.22533/at.ed.67821110612

CAPÍTULO 13	143
LIMITES DAS POLÍTICAS SOCIOEDUCACIONAIS NO BRASIL FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS	
Telmo Marcon	
DOI 10.22533/at.ed.67821110613	
CAPÍTULO 14	155
O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A POLÍTICA DE PERMANÊNCIA DOS DISCENTES DA EPT NO ENSINO MÉDIO EAD	
Angelimar Santana Santos	
Marcelo Vera Cruz Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.67821110614	
CAPÍTULO 15	175
O PROCESSO DE ENSINO COMO INSTRUMENTO PARA EMANCIPAÇÃO HUMANA	
Janaina Rossarolla Bando	
Daniel Pulcherio Fensterseifer	
DOI 10.22533/at.ed.67821110615	
CAPÍTULO 16	185
REFLEXÕES SOBRE A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA: AS POSSIBILIDADES DE UMA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR	
Maurício Cosme de Lima	
Simone Ferreira Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.67821110616	
CAPÍTULO 17	196
TECNOLOGIA SOCIAL, SUSTENTABILIDADE E CIÊNCIAS POR MEIO DE CADERNO PEDAGÓGICO	
Natalia de Lima Bueno	
Amanda Bastos Almeida	
Gabriel Ribeiro Griten	
Jessica Alessandra Hungaro	
DOI 10.22533/at.ed.67821110617	
CAPÍTULO 18	202
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E SUAS MANIFESTAÇÕES NO COTIDIANO ESCOLAR: UM RECORTE TEÓRICO SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	
Helenice Bastos Batista Rocha	
Maria de Fátima de Andrade Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.67821110618	
CAPÍTULO 19	216
O QUASE-MERCADO EDUCACIONAL BRASILEIRO E A POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA ENQUANTO PROJETO DE NAÇÃO	
Cristian Correna Carlo	

DOI 10.22533/at.ed.67821110619

CAPÍTULO 20	228
A DECOLONIALIDADE NO CURRÍCULO MÍNIMO DE SOCIOLOGIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Vitória Marinho Wermelinger	
DOI 10.22533/at.ed.67821110620	
CAPÍTULO 21	240
REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO, INTERCULTURALIDADE, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS	
Isadora Pereira Dias	
Giovana Giraldelli Mendes Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.67821110621	
CAPÍTULO 22	248
APREENSÕES SOBRE A DISCIPLINA POLÍTICA, GESTÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	
Fábio Mamoré Conde	
Evelyn Iris Leite Morales Conde	
DOI 10.22533/at.ed.67821110622	
CAPÍTULO 23	257
NO ESTAR SENDO PEDAGOGO, PRIMEIROS DIÁLOGOS SOBRE E COM CIDADES EDUCADORAS	
Paula dos Santos de Oliveira	
Stefani Iolanda Gomes de Lima	
Lígia Dadalt Casaril	
Eliara Zavieruka Levinski	
DOI 10.22533/at.ed.67821110623	
CAPÍTULO 24	270
DA CÉDULA DE 200 REAIS AO NICHU E HABITAT: ANÁLISE DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA DIALÓGICA	
Andiara Aparecida Sousa	
Richard Lima Rezende	
Antonio Fernandes Nascimento Junior	
DOI 10.22533/at.ed.67821110624	
CAPÍTULO 25	277
A NOÇÃO DE TRAVESSIA COMO DIALÉTICA CONCEITUAL	
Vagno Emygdio Machado Dias	
DOI 10.22533/at.ed.67821110625	
SOBRE OS ORGANIZADORES	290
ÍNDICE REMISSIVO	292

CAPÍTULO 14

O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A POLÍTICA DE PERMANÊNCIA DOS DISCENTES DA EPT NO ENSINO MÉDIO EAD

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 08/03/2021

Angelimar Santana Santos

Programa de Pós-graduação em Educação
Profissional e Tecnológica – IFBA
Salvador - Bahia
<http://lattes.cnpq.br/7192532489910321>

Marcelo Vera Cruz Diniz

Programa de Pós-graduação em Educação
Profissional e Tecnológica – IFBA
Salvador - Bahia
<http://lattes.cnpq.br/4162291555771478>

RESUMO: Com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a educação à distância desenvolveu-se no contexto das sociedades modernas, configurando-se como uma modalidade de ensino adaptada às novas demandas e exigências educativas e sociais decorrentes das mudanças impulsionadas pela nova ordem global. Deste modo, tendo em vista as mudanças ocorridas no cenário educacional estabelecidas pela Resolução CNE/CEB no 3/18, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, sobretudo com a ampliação da carga horária EaD, faz-se necessário uma ampla reflexão, considerando o perfil destes discente e as contribuições da Política de Assistência Estudantil em vigor para a permanência dos educandos da modalidade EaD. Assim, buscando-se obter um panorama geral, procedeu-se neste artigo, o mapeamento

documental, visando aferir as condições de aplicação da política de permanência fomentada pelo Programa de Assistência Estudantil do IFBA, em confronto com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), documentos no âmbito nacional e o Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Informática, comparando suas ênfases e fragilidades. Como percurso metodológico, adotou-se a pesquisa bibliográfica e análise documental. Por conseguinte, efetuou-se um mapeamento analítico, de forma articulada e integrada, com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o Documento de Referência do MedioTec e o Relatório da Assistência Estudantil na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (2018). Nessa esteira, observar-se-á que a ampliação da carga horária da educação à distância, para essa etapa do ensino, requer especial atenção, considerando que a continuidade dos estudos dos discentes EaD ainda se configura como um grande desafio educacional a ser enfrentado, implicando na necessidade de uma política de permanência que atenda as peculiaridades e especificidades desses educandos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional Tecnológica; Assistência Estudantil, Permanência, Ensino Médio, EaD.

THE STUDENT ASSISTANCE PROGRAM AND THE POLICY OF PERMANENCE OF STUDENTS OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION IN HIGH SCHOOL EaD

ABSTRACT: The advent of Information and Communication Technologies (TICs), distance learning (EaD) has developed in the context of modern societies, configuring itself as a teaching modality adapted to the new educational and social demands resulting from the changes driven by the new order global. This way, in view of the changes in the educational scenario established by Resolution CNE / CEB nº 3/18, which updates the National Curriculum Guidelines for high school, especially with the expansion of the distance learning (EaD) hours, it is necessary a broad reflection, considering the profile of these students and the contributions of the Student Assistance Policy in force for the permanence of students in the distance learning (EaD) modality. Due to this, seeking to obtain an overview, in this article, the documentary mapping was carried out, in order to assess the conditions of application of the permanence policy fostered by the IFBA Student Assistance Program, in comparison with the National Student Assistance Plan (PNAES), documents at the national level and the Pedagogical Project of the High School Technical Course in Informatics, comparing their emphases and weaknesses. As a methodological path, bibliographic research and documentary analysis were adopted. Right after, an analytical mapping was carried out, in an articulated and integrated way, with the National Student Assistance Plan (PNAES), the MedioTec Reference Document and the Student Assistance Report in the Federal of Professional Scientific and Technological Education (2018). In this context, it will be observed that the expansion of the hours of distance education, for this stage of teaching, requires special attention, considering that the continuity of studies by DE students is still a great educational challenge to be faced, implying the need for a permanence policy that meets the peculiarities and specificities of these students.

KEYWORDS: Technological Professional Education, Student Assistance, Permanence, High school, EaD.

1 | INTRODUÇÃO

A Educação é um dos Direitos Humanos Universal fundamental, e é dever do Estado garanti-lo de forma isonômica, por meio de políticas públicas intersetoriais, como forma de reduzir as desigualdades que permeiam as conjunturas sociais, de modo a promover o prosseguimento dos estudos e condições de permanência dos discentes da educação profissional de nível médio EaD (DORE; LÜSCHER, 2011).

As condições de permanência do estudante na escola, particularmente na educação profissionalizante, guarda estreita relação com as políticas educacionais estabelecidas pelo Estado voltadas para este segmento do ensino, e sua relação com o ensino de nível médio e a educação de jovens e adultos. Desta forma, devido a diversidade de perfis socioeconômico que esta política se predispõe a atender, o conjunto de regras que norteiam a permanência estudantil, deveria ser elaborado de forma articulada com as demais políticas que amparam a este público, dentro de um planejamento de gestão acadêmica e administrativa, a fim de

proporcionar medidas que favoreçam a conclusão do curso pelos educandos em igualdade de oportunidades aos do presencial.

Porém, seguindo uma linha de pensamento diametralmente oposta, a proposta neoliberal de Estado mínimo contraria ao ideal democrático fundado em pressupostos como a responsabilidade e atuação do Estado regulador e garantidor dos direitos fundamentais (SOUZA, 2009). Neste contexto, é necessário democratizar a participação social nas discussões e construção das políticas públicas educacionais para que esse conjunto de normas expresse as demandas e anseios da sociedade.

Souza (2009) denomina políticas públicas numa acepção que se distingue das políticas de governo, e que se destina ao atendimento do interesse público. O referido autor compreende políticas públicas como:

[...] um fenômeno social e histórico que expressa os interesses e necessidades de diversos sujeitos sociais, através do exercício do poder, e do processo de tomada de decisões baseado nos valores presentes na sociedade. Elas são estratégias voltadas para desenvolver um determinado modelo econômico e social em suas diversas áreas, cujas características resultam da correlação de forças dentro da própria sociedade (SOUZA, 2009).

Esse conjunto de regras deve conferir aos diferentes segmentos da sociedade, a exemplo dos discentes EaD, igualdade de oportunidades e acesso aos direitos fundamentais, como trabalho e educação, a fim de atenuar as disparidades resultante das desigualdades impostas pela sociedade capitalista (CASTRO; MARTIN, ALMEIDA, 2020).

Além disso, as políticas públicas educacionais devem impulsionar toda estrutura física, técnica, burocrática e humana de suporte a educação, de modo a possibilitar que os Direitos Humanos Universais sejam usufruídos por todos os cidadãos, de forma isonômica, como mecanismo para corrigir as desigualdades no acesso aos bens fundamentais (CASTRO; MARTIN, ALMEIDA, 2020).

Para tanto, a elaboração e aplicação das políticas públicas educacionais precisa levar em conta o princípio da isonomia, por integrar os direitos fundamentais e este vincular-se diretamente ao Estado Democrático de Direito. Desta feita, será possível a concretização da igualdade material, defendido pela Constituição Federal assegurando a garantia de igualdade conjunturais a milhares de brasileiros, que, a despeito da lei, encontram-se à margem da sociedade, permanecendo excluídos do acesso à educação, cultura, lazer, política, saúde, entre outros direitos (CASTRO; MARTIN; ALMEIDA, 2020).

De acordo com Castro; Martin; Almeida (2020), *o princípio da isonomia somente adquire aplicabilidade quando lhe confere a noção da igualdade material, a qual se baseia em instrumentos reais e sólidos que permitem a concretização dos direitos previstos nas normas*. Deste modo, as pesquisadoras propõem que *deve-se buscar a igualdade para além de sua noção formal, ou seja, perante a lei*, de forma que a concretude desta se dê por meio de oportunidades reais para que os indivíduos adquiriram perspectivas dignas de vida.

Nesta linha, o estabelecimento de pressupostos legais por si só não é o suficiente para promover uma igualdade efetiva. É necessária uma ação concreta do Estado no estabelecimento de políticas públicas que dê vez e voz a estes cidadãos de modo a efetivar-se o princípio da isonomia (CASTRO; MARTIN, ALMEIDA, 2020).

As políticas públicas de fomento a EaD tem um papel proeminente na democratização do acesso dos sujeitos a EPT, visto que possibilita que a educação alcance àqueles que durante anos estiveram aliados dos processos educativos por encontrarem-se distantes dos grandes polos urbanos, visto que apesar dos avanços significativos se processaram no cenário da EPT, com a ampliação propiciada pelo Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, ocorrido a partir da década de 90 (BRASIL, 2016), não foi suficiente para dar conta de tão vasta e diversa demanda pela formação técnica profissionalizante.

Nessa esteira, em 2018 o Ministério da Educação adotou uma estratégia regulamentada pela Resolução CNE/CEB nº 03/18, a qual atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, propiciando a ampliação da carga horária EaD no Ensino Médio, como forma de implementação definitiva desta modalidade para esta etapa de ensino.

Ademais, o recente acontecimento de ordem sanitária que assolou o mundo, entre o final de 2019 e o ano de 2020, resultando na grave pandemia da Covid-19, que dizimou milhares de indivíduos em todo o mundo (814.354), com a uma média de mortes diárias de mais 1000 pessoas, ultrapassando um total de 250.000 mortes no Brasil, impondo a necessidade de adoção de medidas rigorosas de higiene, afastamento e isolamento social, como únicas capazes de conter os efeitos danosos do vírus, haja vista a ausência de medicações profiláticas e curativas e de vacina.

Assim, mesmo diante de resistências, posturas negacionistas e das lutas e tesões político-ideológicas que se estabeleceram, a partir do final da primeira quinzena de março, por determinação dos governos estaduais, ocorreram as suspensões dos serviços públicos e comerciais considerados não essenciais, além da interrupção, em todo o país, das atividades educativas nos sistemas de ensino público e privado, provocando um apagão pedagógico, expondo a necessidade de rediscussão da educação à distância enquanto campo epistemológico teórico-metodológico capaz de coexistir harmonicamente com a educação presencial.

Isto posto, a ampliação da carga horária EaD, determinada pela Resolução nº nº 03/2018, por si só não é suficiente para proporcionar a concretude da formação, infligindo a necessidade de uma política de permanência que favoreça o prosseguimento dos estudos dos discentes do ensino médio EaD.

2 I MAPEAMENTO ANALÍTICO DOCUMENTAL DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O Documento de Referência do MedioTec EaD (BRASIL, 2017, p. 23), no capítulo sobre Assistência Estudantil prevê que esta tem como objetivo assegurar aos educandos a continuidade dos estudos:

A **assistência estudantil** será prestada pela instituição de ensino ofertante do curso técnico concomitante à distância, como **mecanismo de prevenir a evasão, auxiliando o estudante a permanecer na escola para o estudo e desenvolvimento das atividades presenciais** e acadêmicas no contra turno do ensino regular. (grifo nosso).

Desta forma, de acordo com a previsão documental, a Assistência Estudantil será prestada como mecanismo para prevenção a evasão, auxiliando o estudante a permanecer na escola para as atividades presenciais, o que aponta para a invisibilidade do discente EaD, visto que as atividades destes estudantes são, essencialmente, a distância, necessitando de condições para execução destas.

No contexto deste estudo, as condições de permanência envolvem dois aspectos essenciais, dentre outros:

1 Igualdade de condições, de forma isonômica, para todos, para permanência na escola, e aqui, para os discentes EaD, se entende também como escola o ambiente virtual de aprendizagem.

2 Formação indentitária e de pertencimento, visto que a condicionalidade prevista no Programa estabelece distinção, o que implica nas condições de exclusão e de NÃO pertencimento para o estudante EaD.

Destarte, é necessário pensar numa política que garanta a permanência, e o sucessivo prosseguimento dos estudos, de maneira que as medidas estabelecidas por tal política dê conta das peculiaridades e especificidades dos educandos desta modalidade de ensino, inclusive com suporte para realização das atividades não presenciais, haja vista se tratar de educandos EaD, a fim de mitigar a ocorrência das altas taxas de evasão nesse seguimento de ensino.

De acordo as premissas previstas no Documento de Referência do Mediotec supracitado, a Assistência Estudantil ocupa um papel relevante, constituindo-se como importante mecanismo de prevenção a evasão. Porém, é possível perceber que, no documento, a assistência ao estudante adstringe-se apenas aos momentos presenciais. Além disso, o referido documento limita-se a tratar, essencialmente, dos benefícios referentes à alimentação e transportes (BRASIL, 2017, p. 24), considerados tais insumos como fatores primordiais sem a devida preocupação com as peculiaridades e especificidades dos discentes EAD.

[...]a assistência estudantil poderá fornecer alimentação e, se necessário, transporte diretamente ao estudante, ou em pecúnia, desde que se adotem mecanismos que permitam a precisa identificação do beneficiário final, nos termos do Decreto Federal nº 7.507/2011.

O Programa de Assistência e Apoio ao Estudante – PAAE faz parte da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal da Bahia – IFBA, o qual foi elaborado com base no Programa Nacional de Assistência Estudantil, executado no âmbito do Ministério da Educação, cuja finalidade é ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (Brasil, 2010, p. 1).

Embora o documento estabeleça estratégias para oferta de assistência estudantil aos discentes do ensino superior, o mesmo também prevê no seu art. 4º que é possível contemplar as especificidades, considerando também as áreas estratégicas de ensino, podendo-se inferir quanto aplicação deste no ensino médio EaD.

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. (Brasil, 2010, p. 2).

Todavia, faz-se necessário a rediscussão da normativa com vistas adoção de medidas direcionadas aos discentes desta etapa do ensino, sobretudo considerando as mudanças introduzidas pela Resolução nº 03/2018 quanto a ampliação da carga horária destinada a educação à distância.

A Política de Assistência Estudantil do IFBA (BRASIL, 2016, p. 2), ilustrada na figura 01, norteia-se pelos seguintes eixos:

I - Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE): destina-se a estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade social, tendo como obrigatória a participação em processo de seleção socioeconômica;

II - Programas Universais: destina-se a todo e qualquer estudante regularmente matriculado no IFBA, sem critérios de seleção socioeconômica ou meritocráticos;

III - Programas Complementares: destina-se a todo e qualquer estudante regularmente matriculado no IFBA, devendo a sua participação estar condicionada a questões socioeconômicas e/ou meritocráticas.

A composição do PAAE prevista no primeiro eixo constitui-se de bolsas (Estudo e Vinculada a Projetos de Incentivo à Aprendizagem – PINA) e dos auxílios (transporte, moradia, cópia e impressões, para aquisições e alimentação) (BRASIL, 2016, P. 2).

O segundo eixo do programa constituem-se dos Programas Universais desta Política, os quais são: Programa de Educação para Diversidade, Programa de Atenção às Pessoas com Necessidades Específicas, Programa de Assistência à Saúde, Programa de Acompanhamento Psicológico, Programa de Acompanhamento Pedagógico, Programa de

Acompanhamento Social, Programa de Incentivo à Educação Física e Lazer, Programa de Incentivo à Educação Artística e Cultural, Programa de Incentivo à Formação da Cidadania e o Programa de Assistência a Viagens (BRASIL, 2016).

De acordo com o que estabelece a Resolução CONSUP (BRASIL, 2016), os recursos destinados aos Programas Universais destinam-se a custear o acesso a eventos, despesas com deslocamento e alimentação dos estudantes, adquirir materiais de custeio para realizar atividades na Instituição e contratar serviços de natureza correspondente, por meio da execução, exclusivamente de atividades mediadas por projetos pelo período restrito a duração deste, o que equivale a dizer que trata-se de ações sazonais.

O eixo três constitui-se dos Programas Complementares, aos quais caberá desenvolver ações específicas cuja participação dos estudantes está condicionada a questões socioeconômicas e/ou meritocráticas. Estes programas são destinados aos estudantes que mais necessitem de custeio total ou parcial para viagens em programas de mobilidade acadêmica nacional e internacional, auxílio para iniciação científica e tecnológica ou auxílio para atuação em monitoria de disciplinas específicas ou projetos de extensão relacionados ao ensino, e de modo similar aos Programas Universais, serão executados por meio de projetos (BRASIL, 2016).

Os Programas Complementares desta Política estão circunscritos a: Programa de Mobilidade Acadêmica, Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica e o Programa de Monitoria.



Figura 01 – Política de Assistência Estudantil do IFBA

Fonte: Própria Autora, 2020

Apesar do Programa de Assistência Estudantil do IFBA pautar-se pelo que propõe o PNAES, o mesmo não contempla as ações na amplitude que prevê o programa nacional, a exemplo do desenvolvimento de uma política de inclusão digital. Entretanto, há que se avaliar se a assistência estudantil prestada por meio dos recursos e serviços ofertados no Programa de Assistência Estudantil do IFBA atendem as demandas dos estudantes da Educação Profissional Tecnológica do Ensino Médio EaD.

O que se percebe é que, em linhas gerais, embora as ações incrementadas por meio das políticas do Programa de Assistência Estudantil do IFBA atendam as generalidades dos estudantes, o documento não faz nenhuma menção aos discentes EaD. Atualmente, em virtude do advento da pandemia do Corona Virus-19, realizaram-se ações pontuais para **atendimento a todos os discentes indistintamente**, como requer o momento, **por meio do auxílio digital (IFBA)**, carecendo de acolhimento as unicidades e peculiaridades dos educandos do ensino médio profissionalizante EaD, por meio da adoção de uma política destinada a promover a permanência destes discentes de forma permanente.

No tocante ao Regimento Geral do Instituto (2013), em seu art. 63, onde consta as atribuições da Diretoria Sistêmica com *status* de Câmpus de Educação à Distância, não há

uma previsão explícita quanto a elaboração de planos e políticas visando a permanência do discente do EPTNM EaD, nem mesmo existe a previsão de uma atuação articulada para o desenvolvimento de ações conjuntas com Departamento de Permanência e Assistência Estudantil (art. 64).

Dada a relevância da temática, esta encontra-se estipulado pela Constituição Federal em seu art. 206 como um dos princípios basilares, o qual seja, *igualdade de condições para o acesso e permanência na escola*, como forma de salvaguardar o direito à educação, o que justifica a adoção de medidas urgentes para enfrentamento desta problemática corroborado pelos altos índices de evasão aferidos pelos IFs, apresentados na tabela 01 e gráfico ilustrado na figura 02.

Estado	Instituto	*Taxa de evasão
SC	IFSC	92,30%
RS	IFRS	91,80%
GO	IFGOIANO	87,80%
ES	IFES	81,10%
MG	IFTM	72,90%
PA	IFPA	67,50%
CE	IFCE	61,70%
PB	IFPB	59,00%
MG	IFSUDESTE-MG	56,10%
MG	IFNMG	51,50%
GO	IFG	48,90%
DF	IFB	48,00%
MG	IFMG	47,40%
RN	IFRN	47,10%
RS	IFFARROUPILHA	41,70%
SP	IFSP	39,00%
AL	IFAL	37,00%
PI	IFPI	32,90%
BA	IFBAIANO	32,80%
RJ	IFF	27,90%
RR	IFRR	27,20%
MS	IFMS	24,70%
PE	IFSERTÃO-PE	24,20%
MG	IFSULDEMINAS	23,00%
BA	IFBA	18,10%
AC	IFAC	17,60%
MT	IFMT	16,00%

AM	IFAM	14,70%
PE	IFPE	11,80%
AP	IFAP	9,10%
SE	IFS	9,00%
RS	IFSUL	7,20%
PR	IFPR	4,90%
RO	IFRO	3,30%
MA	IFMA	3,00%
RJ	IFRJ	2,10%
TO	IFTO	0,00%

*Taxa de evasão - Este indicador mede o percentual de matrículas que perderam o vínculo com a instituição no ano de referência sem a conclusão do curso em relação ao total de matrículas. Para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente (PNP, 2018).

Tabela 01 – *Taxa de evasão dos Institutos Federais correspondente ao Ensino Médio profissionalizante EAD (concomitante, subsequente, integrado, proeja-integrado). A taxa de evasão esta apresentada em ordem decrescente. Fonte: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica SETEC/MEC/ Plataforma Nilo Peçanha - PNP 2019 (ano base 2018).

Fonte: própria autora

Os dados levantados na Plataforma Nilo Peçanha - PNP 2019 (ano base 2018) foram representados no Gráfico 01, permitindo-nos uma análise da configuração do panorama da evasão dos IFs.

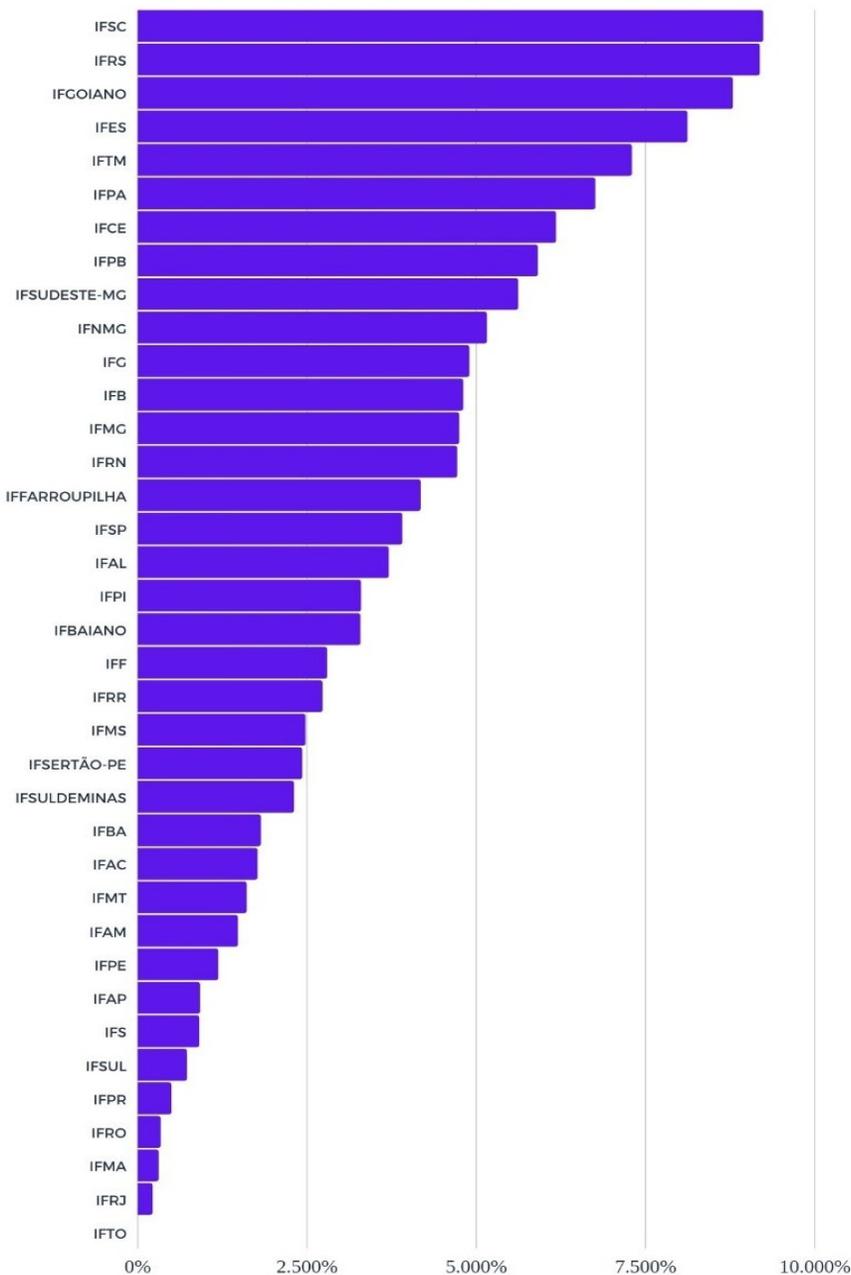


Figura 02 – Taxa de evasão dos Institutos Federais na EPTNM EaD

Fonte: Própria Autora, 2020

No tocante ao PPI do IFBA, quadriênio 2014 - 2018, embora a instituição postule entre seus princípios a Equidade e a Permanência, além da abordagem destas temáticas,

ainda que, de modo inferencial, nos capítulos que tratam sobre Assistência Estudantil, Permanência e Êxito, reconhecendo o desafio de promover a inclusão social, ainda assim, reiteradamente se percebe uma abordagem generalizada, sem o devido direcionamento ao atendimento aos discentes do ensino médio técnico profissionalizante EaD (BRASIL, 2013).

Neste documento, dentre os encaminhamentos, encontra-se a determinação de ampliação do orçamento, com vistas ao atendimento de demanda dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, prioritariamente, e as relacionadas aos programas considerados universais, ainda assim, os pleitos referentes os discentes EPTNM EaD não são mencionadas, ou mesmo figura a necessidade de realizar um mapeamento para verificar a viabilidade de adoção de medidas para que estes discentes possam permanecer na escola em igualdade de direitos e de exequibilidade ao aluno presencial.

Considerando que o presente estudo tem como *locus* de pesquisa o curso Técnico de Nível Médio em Informática, concomitante, modalidade de educação à distância, campus Lauro de Freitas, analisou-se também o PPC, no qual se estabelece os critérios para Assistência ao Estudante, como forma de garantir o acesso, o êxito, a permanência e a participação dos estudantes no espaço escolar, de acordo com PNAES (Decreto nº 7.234/2010, art. 3º) que subsidia financiamento para PAE-IFBA. O referido PPC determina que os estudantes do MedioTec frequentarão dois turnos de formação escolar, um na escola da rede estadual de ensino médio, e outro, em espaço para formação técnica de nível médio, de responsabilidade da rede e-Tec/IFBA.

Diante da análise percebeu-se que, ainda que se trate de um curso EaD, o PPC explicita que a assistência estudantil visa **o atendimento de estudantes regularmente matriculados presencialmente**, e, embora vise propiciar aos discentes inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e bem-estar biopsicossocial (BRASIL, 2016), não leva em conta o aluno não presencial. Ressalte-se ainda que, os termos **matriculados presencialmente**, mais produz ambiguidade do que esclarece quanto a esta condicionalidade.

De acordo com a LDB nº 9.394/96, a educação profissional técnica de nível médio articulado será desenvolvida nas formas integradas e concomitante. Em se tratando da forma concomitante, está será oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o estejam cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer na mesma instituição de ensino ou em instituições de ensino distintas.

Como forma de mapear os fatores de permanência no Programa de Assistência e Apoio ao Estudante nos projetos dos cursos EaD, comparando suas ênfases e fragilidades em confronto com os cursos presenciais, buscou-se o PCC do curso Técnico de Nível Médio em Informática, concomitante, modalidade presencial, a fim possibilitar uma análise comparativa, e, de acordo com o Portal do Instituto, atualmente o IFBA possui a oferta de apenas um único curso Técnico Concomitante presencial, o qual seja, Técnico em Energias

Renováveis, campus Lauro de Freitas. Sendo assim, analisou-se o Projeto de Implantação do Curso (PIC) do referido curso (BRASIL, 2018).

De acordo com PIC, utilizar-se-á da certificação imediata como mecanismo para mitigar os efeitos das questões de retenção/evasão e a inserção do alunado no mundo do trabalho, sem fazer alusão ao Programa de Assistência Estudantil no escopo do projeto, embora conste o Serviço de Assistência Estudantil no organograma da estrutura física do campus, dentro da Diretoria de Ensino.

Considerando que o campus Salvador constitui-se como a unidade central, com larga tradição no ensino e concentra o maior aporte do instituto, buscou-se na unidade o curso foco da pesquisa na modalidade presencial, devido a inexistência deste que no campus *locus* da pesquisa, de modo a realizar-se o mapeamento dos fatores que favorecem a permanência fomentado pela Assistência Estudantil.

Apesar da unidade não possuir curso Técnico de Nível Médio em Informática, na forma concomitante, modalidade presencial, realizou-se a análise dos PPC dos cursos Técnico em Química, Técnico em Refrigeração e Climatização Integrado ao Ensino Médio, Técnico Integrado ao Ensino Médio em Mecânica e Técnico de Nível Médio em Automação Industrial, modalidade presencial, buscando-se aferir as condições de aplicação do programa, constatando-se que estes não possuem referência a Assistência Estudantil nos projetos dos cursos, impossibilitando o estabelecimento das similaridades e diferenças na aplicação do referido programa, ocorrência que suscita uma análise reflexiva quanto ao papel institucional deste.

Em linhas gerais, no que se refere aos educandos EaD, percebe-se que nem mesmo o PPC do Técnico de Nível Médio em Informática, na modalidade à distância, deu conta de priorizar as especificidades e peculiaridades dos discentes do ensino médio EaD, fato que põe em destaque a (IN)visibilidade dos educandos não presencial.

O ensino na modalidade à distância pressupõe a realização das atividades de forma não presencial, necessitando para tanto, além do apoio pedagógico e psicossocial, de recursos e suporte tecnológico para que a ação educativa efetivamente aconteça. Deste modo, extensivamente, a assistência estudantil deve destinar-se também àqueles estudantes regularmente “matriculados não presencialmente”.

No Relatório de Gestão do Exercício de 2018, o IFBA informa que conta com 22 *Campi* em funcionamento, um Núcleo Avançado e um Pólo de Inovação, estando presente em mais de 100 municípios da Bahia, 42 unidades polos EaD para cursos técnicos, além dos 16 polos EAD da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 50 municípios atendidos pelo projeto IFBA/Funasa, como também conta com diversos outros convênios com prefeituras para cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), demonstrando um extensivo processo de ampliação desta modalidade de ensino no instituto, o que requer adoção de medidas voltadas para o atendimento destes discentes (BRASIL, 2018).

De acordo com este Relatório (2018), o Instituto considera necessário investir ainda mais, por meio da assistência estudantil, no acompanhamento pedagógico, em acessibilidade e ampliação do atendimento às pessoas com deficiências, na promoção de ações que estimulem o aprendizado por meio de monitoria, além de programas de incentivo à participação em projetos de extensão, empreendedorismo, pesquisa e inovação tecnológica, porém, apesar do evidente processo de ampliação da EaD verificado no IF no quadriênio 2014 – 2018, não houve explicitação de metas articulada a assistência estudantil para atendimento deste público (BRASIL, 2018).

Dentre os fatores desfavoráveis a aplicação do programa, o instituto informou não possuir sistema para acompanhamento da execução da política de assistência estudantil. De acordo com dados apresentados no relatório sobre Assistência Estudantil na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (2018), este se encontra em processo de desenvolvimento, apesar do IF, desde 2010, possuir diretrizes para Política de Assistência Estudantil.

Entre os principais desafios e ações futuras, o IFBA se propôs a desenvolver e implantar o módulo SUAP - Assistência Estudantil, o que sinaliza para uma perspectiva de melhoria na avaliação e acompanhamento do Programa, de modo a amenizar os indicadores de evasão, mas não está evidenciado o estabelecimento de estratégias voltadas para política de permanência dos discente EaD, visto que estas não figuram dentre as metas estipuladas.

De acordo com o relatório, no ano de 2018, dentre as ações estratégicas voltadas para o ensino, tem-se a redução de índice de evasão. Deste modo, no Objetivo Estratégico 2, estabeleceu-se como meta consolidar os cursos ofertados por meio da criação de mecanismos para redução da evasão, abandono e repetência e da elaboração do plano de permanência e êxito do IFBA.

Entretanto, a apresentação das informações, a exemplo da Taxa de Evasão (TE) de 14,95% representada de forma global, já aponta para o direcionamento da instituição no enfrentamento da questão, sem a devida especificidade quanto a problemática da evasão no EPTNM EaD, o que dificulta o estabelecimento de estratégias e políticas voltadas para a permanências destes discentes.

Neste mesmo relatório (2018), realizou-se o levantamento de informações em instituições pertencentes as 5 regiões do país, apresentado na II Reunião de Gestores da Assistência Estudantil, organizada pelo IFPR, é possível extrair um diagnóstico das as principais lacunas existentes nos processos de execução e gestão das políticas institucionais (BRASIL, 2018).

Conforme documento, e, informações prestadas pela IFBA, apenas 3 servidores, dentre estes, 01 Assistente Social, 01 Psicólogo, 01 Assistente/Técnico em Administração atuam na Reitoria (BRASIL, 2018), ressaltando-se que a equipe não conta com nenhum Pedagogo e/ou profissional com formação específica na área de educação no

desenvolvimento das ações da assistência estudantil, o que importa dizer que, além da necessidade de alocação de técnico da educação, faz-se necessário maior aporte de recursos humanos, implicando no aumento da força de trabalho multiprofissional no órgão da administração central do IF, para garantir melhores condições de aplicação do Programa.

Nos 22 campi do instituto, tem psicólogos (entre 21 e 30), pedagogos (46), tradutor/intérprete de libras (entre 11 e 20), técnico em assuntos educacionais (33), enfermeiro (até 10), técnico em enfermagem (até 10), profissionais médicos (entre 11 e 20), odontólogos (até 10) e fisioterapeutas (nº não informados), perfazendo um total médio de 144 servidores distribuídos entre os campi, numa média geral de 6, 5 profissionais atuando na assistência estudantil em todo o instituto.

Desta feita, o relatório conclui que, de modo geral, há a necessidade urgente de vagas para suprirem as demandas por algumas funções cujo número de profissionais na instituição ainda é mínimo e não atende a totalidade dos campi, fato que compromete o desempenho e atuação no tocante assistência estudantil.

Dentre os programas gerenciados pela Assistência Estudantil, o instituto aponta a realização de ações estratégicas nas grandes áreas citando-se, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, alimentação, atenção à saúde, cultura, moradia, transporte, vulnerabilidade socioeconômica, entretanto, embora desenvolva programa na área de apoio pedagógico, a instituição não consta entre os IFs que oferta auxílio para desenvolvimento técnico, científico, ações de acolhimento, material pedagógico, pesquisa, participação em eventos, atendimento psicopedagógico (BRASIL, 2018).

Além disso, o instituto declarou não realizar ações quanto ao serviço de creche, outros auxílios, merecendo especial destaque quanto ao atendimento dos discentes EaD, na ausência de política e programa que contemple a inclusão digital (BRASIL, 2018). De acordo com as informações prestadas, o instituto não figura entre aqueles que realizam assistência nas áreas temáticas transversais que estão sob a responsabilidade da Rede, destacando-se políticas de acesso e ingresso e a promoção a jogos e esporte.

Quanto aos recursos disponibilizados, o IFBA informou executar parcialmente os programas previstos para a Assistência Estudantil, que, de acordo com a instituição, deve-se a falta de recursos e de pessoal suficientes para atendimento das demandas e para gerenciamento das ações, tanto nos campi quanto na reitoria, fato este que é, no mínimo, bastante preocupante, vez que coloca em risco a permanência e continuidade dos estudos dos discentes em condições de vulnerabilidade social, em particular, os discentes EaD (BRASIL, 2018).

Como se pode verificar, conforme diagnóstico realizado, pouco enfoque se dá as especificidades e peculiaridades dos discentes EaD. Ainda que alguns institutos possuam políticas de inclusão digital, a rede conta com apenas 12 deles (IFSP, IFTO, IFTM, IFF, IFMG, IFFar, IFPB, IFRS, IFAP, IFMT, IFAM, IFS), representando 29,3% dos IFs, num

universo de 41 instituições que participaram da pesquisa, representando um percentual muito baixo, o que equivale a dizer que 70,7% não apresentam política específica para a temática, podendo-se inferir que este fato talvez justifique números tão elevados nas taxa de evasão dos institutos apresentados na tabela e no gráfico 01.

Diante na análise dos documentos que norteiam a política pública de permanência fomentada pela Assistência Estudantil realizada pelo IFBA, ratificadas pelos dados apresentados no Relatório - Assistência Estudantil na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2018), suscita a necessidade de reflexão crítica, rediscussões, revisão documental normativo e aprimoramento, a fim de adequá-los as demandas e emergências globais impostas pelo mundo do trabalho e renda, de modo a promover tratamento isonômico, e, conseqüente condições de permanência e prosseguimento dos estudos dos discentes EPTNM EaD.

Ademais, o apagão pedagógico ocorrido durante a pandemia do *Sars-CoV-2*, acirrou a necessidade de rediscussão da educação à distância enquanto campo epistemológico teórico-metodológico capaz atender as demandas e urgências educativas que se impõem em âmbito global.

Outro aspecto relevante diz respeito a produção de estudos e pesquisas sobre a temática que possam subsidiar a formulação de políticas públicas na área. Em levantamento realizado na plataforma CAPES (2017), adotou-se os descritores Permanência escolar na Educação Profissional Técnica Nível Médio EAD Educação Profissional Tecnológica Nível Médio EaD, Permanência escolar na Educação Profissional Técnica Nível Médio EAD e Assistência Estudantil, entre as produções científicas realizadas durante o período de 2010/2020, verificou-se a seguinte constatação, conforme Tabela 2.

Descritores	Nº Publicações	Período
- Educação Profissional Tecnológica Nível Médio EaD	35	2010/2020
- Permanência escolar na Educação Profissional Técnica Nível Médio EAD	16	2010/2020
- Assistência Estudantil	12	2010/2020

Tabela 2 – Produção acadêmica sobre Educação Profissional Técnica Nível Médio EAD/ Assistência Estudantil 2010/ 2020

Fonte: própria autora

Dentre as produções científicas pesquisadas na plataforma, nos limites deste trabalho, foram listados por enfoque temático, conforme demonstrado na tabela 3, ratificou-se que as pesquisas foram desenvolvidas sob abordagem diversificada, evidenciando quanto a efetiva necessidade de pesquisas sobre Assistência Estudantil, Educação

Profissional Tecnológica Nível Médio EAD e Política de Permanência Discente no Ensino Médio EaD.

Descritores	Enfoque temático	Nº Publicações
Educação Profissional Tecnológica Nível Médio EaD	Educação Profissional Técnica Nível Médio/ PROEJA	01
	Educação Profissional Técnica Nível Médio/ EaD	01
	Formação de professores	10
	Políticas Educacionais da EPT	01
	EaD	07
	EaD na Educação Profissional Tecnológica	01
Permanência escolar na Educação Profissional Técnica Nível Médio EAD	Outros	14
	PROEJA	01
	Educação Profissional	01
	Ensino superior/ formação de professores	06
	EaD	01
	EPTNM EaD	01
Assistência Estudantil	Outros	06
	Ensino superior	03
	Cotas	01
	Bolsa de estudos	02
	Assistência estudantil e EPT	01
	Assistência estudantil e EPT no nível médio	01
	Outros	05

Tabela 3 – Enfoque temático pesquisado nos artigos acadêmicos listados para o período 2010/2020

Fonte: própria autora

Como demonstrado na tabela acima, o levantamento bibliográfico indica que a produção intelectual sobre a Educação Profissional Técnica Nível Médio EaD ainda é bastante incipiente. Sendo assim, dentre os estudos listados foi encontrado apenas 01 abordando sobre a EPTNM EaD, sem com isso guardar relação com a assistência estudantil.

De acordo com Oliveira; Oliveira (2015, p. 202), as pesquisas sobre a política de permanência escolar ainda é relativamente pequena, sobretudo na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM). Considerando que a regulamentação na área do ensino médio EAD ainda é recente, observa-se uma grande lacuna no que diz respeito à produção científica referente à EPTNM na modalidade à distância. No estudo A Permanência Escolar e Suas Relações com a Política de Assistência Estudantil realizado por estas autoras, visto que o artigo foi publicado em 2015, nem se quer se nomeia entre as categorias de pesquisa a EPTNM EaD.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do universo de produção acadêmica, ainda que em pequeno número, é possível encontrar mais facilmente pesquisas categorizando os motivos relacionados à evasão. Entre os pesquisadores renomados, figura Dore, Luscher (2011), epistemologas que trata do fenômeno da evasão, mesmo em escritos como Permanência e Evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais não se estabelece uma categorização no que diz respeito à permanência e nem a EPTNM EaD. Sendo assim, foi necessário buscar estudos análogos às temáticas.

Nesse contexto, é necessário ouvir os protagonistas dos direitos previstos na assistência estudantil a fim identificar e levantar as necessidades e especificidades desses discentes dentro dos serviços ofertados pelo programa. Também faz-se necessário escutar os coordenadores dos cursos, bem como os gestores do Programa de Assistência Estudantil foco da pesquisa, considerando a familiaridade destes profissionais com os atores da assistência estudantil e como executores das políticas na área em questão.

Isto posto, é imprescindível um amplo processo de democratização que proporcione melhorias nas esferas estruturais administrativas e acadêmicas, de modo a promover não só a democratização do acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade, bem como a permanência dos discentes e assegure a conseguinte formação integral do cidadão, possibilitando a estes indivíduos o desenvolvimento de uma visão crítica de mundo, com ênfase nos processos de educação e trabalho e que considere as conjunturas de aprendizagem dos sujeitos e oportunize uma sólida preparação para o mundo do trabalho e renda.

Para tanto, é mister se pensar numa política de permanência que atenda às necessidades dos educandos do ensino médio técnico EaD, de modo a afiançar o prosseguimento dos estudos e a conseguinte garantia do direito de aprendizagem.

Nessa perspectiva, se faz necessário que os setores responsáveis pelo estabelecimento das políticas públicas na área de educação repensem a política de assistência estudantil, de modo que contrarie a lógica da produção capitalista, privilegiando a dialética própria da educação, conforme prevê Ciavatta (2010):

A lógica da educação tem a finalidade de formar o ser humano e deve pautar-se pela socialização do conhecimento, o diálogo, a discussão, o tempo médio e longo da aprendizagem, a humanização, a emancipação das amarras da opressão, o reconhecimento das necessidades do outro, o respeito à sua individualidade, a participação construtiva e a defesa dos direitos de cidadania.

Desta feita, espera-se que presente trabalho contribua para a formulação de políticas públicas voltadas para a permanência dos discentes da educação profissional do ensino médio EAD através do fomento de uma assistência estudantil que considere as unicidades e especificidades destes estudantes de forma inclusiva, ancorado no princípio

da isonomia, postule a defesa de uma Política de Assistência Estudantil que sobrepuje o atendimento socioeconômicos, e, contemple o conjunto das necessidades pedagógicas, de gênero, étnico-raciais, das diversidades, atenção prioritária às pessoas com deficiência, mas que também contemple as demandas e especificidades dos discentes do ensino médio profissionalizante EaD dos Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2018).

Assim, as políticas públicas de permanência discente EaD fomentada pelo Programa de Assistência Estudantil constitui-se como um mecanismo de concretização do princípio da isonomia, no que se refere ao direito constitucional à educação. Deste modo, considerando a noção da igualdade material, esta política pública sócio educacional é fundamental para promover a concretude do tratamento isonômico e conferir visibilidade a estes sujeitos.

Isto posto, a política pública de assistência estudantil emerge como um mecanismo apto a ampliar e assegurar a permanência na EPTM EaD contribuindo para redução das desigualdades e para a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária. Para tanto, é necessário um amplo processo de reflexão crítica, rediscussão e aprimoramento desta, com vista ao atendimento das demandas atinentes aos estudantes do ensino médio técnico profissionalizante EaD oportunizado pelo mapeamento documental analítico ora realizado como início do processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Assistência Estudantil na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. IFPR. Paraná. 2018

_____. Resolução CNE/CEB nº 3/18. **Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>, acessado em: 05/01/2019

_____. **Documento de Referência do MédioTec EaD**. 2017. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/846/Documento%20Refer%C3%A7%C3%A3o%20MEDIOTEC-EAD.pdf>, acessado 11/01/2019.

_____. **Linha do tempo. Rede Federal e Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/centenario-da-rede-federal>. http://redefederal.mec.gov.br/images/pdf/linha_tempo_11042016.pdf

_____. **Resolução Consup nº 25, de maio de 2016**. Disponível: <https://portal.ifba.edu.br/proen/resolucoes/resolucao-no-25-de-23-de-maio-de-2016/view>. Acessado em 05.01.2019

6. _____. **Decreto-Lei nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 08/01/2019.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Refrigeração e Climatização**. Instituto Federal da Bahia (IFBA). Salvador. 2019.

_____. **Projeto de Implantação do Curso (PIC) Técnico em Sistemas de Energia Renovável**. Instituto Federal da Bahia (IFBA). Lauro de Freitas, 2018.

_____. **Relatório de Gestão Institucional**. Instituto Federal da Bahia (IFBA). Salvador, 2016.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico de Nível Médio em Química**. Instituto Federal da Bahia (IFBA). Salvador, 2016

_____. **Projeto de Implantação do Curso Técnico de Nível Médio em Automação Industrial**. Instituto Federal da Bahia (IFBA). Salvador, 2015.

_____. **Projeto de Implantação do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Mecânica**. Instituto Federal da Bahia (IFBA). Salvador, 2015.

_____. **Relatório de Gestão Institucional**. Instituto Federal da Bahia (IFBA). Salvador, 2013.

_____. **Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia**. Instituto Federal da Bahia (IFBA). Salvador, 2013.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plataforma Café – Comunidade Acadêmica Federada**. 2017. Disponível em: http://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_plogin&ym=3&pds_handle=&calling_system=primo&institute=CAPES&targetUrl=http://www.periodicos.capes.gov.br&Itemid=155&pagina=CAFe. Acessado em: 27/09/2020.

CASTRO, Sabrina Olimpio Caldas de; MARTIN, Débora Gonzaga, ALMEIDA, Fernanda Maria de. **Cotas Sociais: Reflexões à Luz do Princípio da Isonomia**. Estudo & Debate, Lajeado, v. 27, n. 1, p. 51-64, 2020. ISSN 1983-036X

CIAVATTA, Maria Aparecida. **Universidades tecnológicas: horizonte dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFTS)** in Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo (recurso eletrônico): desafios, tensões e possibilidades/ Jaqueline Moll e colaboradores. – Dados Eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

DORE, R.; LÜSCHER, A. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 144, set./dez. 2011, p 772-789. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext &pid=S0100-15742011000300007&lng=pt&nrm=i>. Acesso em: 30/06/2019.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA - PNP. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica SETEC**. PNP 2019 (ano base 2018). Disponível <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html> Acessado: 10/05/2020EC

SOUZA, Lanara Guimaraes de Souza. **Avaliação de políticas educacionais contexto e conceitos em busca da avaliação pública**. Salvador: EDUFBA, 2009. 349 p. ISBN 978-85-232-0654-3. Disponível: <http://books.scielo.org/id/wd/pdf/lordelo-9788523209315-02.pdf>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 25, 26, 27, 30, 33, 35, 36, 67, 69, 105, 107, 108, 110, 112, 114, 115, 117, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 136, 168, 169, 251, 252, 255, 261

Administração Pública 26, 27, 30, 33, 35, 36, 67, 107, 133

Agronegócio 1, 2, 3, 7, 10, 11, 12, 13, 153

Anglo-Americanas 62, 63, 64

Anísio Teixeira 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 87, 93, 124

Assistência Estudantil 84, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 155, 159, 160, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Avaliação 33, 34, 35, 36, 52, 53, 90, 92, 93, 107, 168, 174, 218, 220, 226, 227, 230, 252, 261, 262

C

Capitalismo 1, 28, 36, 116, 235, 252, 283

Cidadania 30, 60, 64, 87, 143, 144, 145, 153, 161, 172, 176, 180, 182, 185, 186, 188, 189, 190, 205, 211, 212, 226, 235, 237, 238, 242, 245, 253, 254

Cidade Educadora 175, 182, 257, 264, 267, 268

Ciências 20, 52, 53, 54, 58, 59, 61, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 75, 105, 126, 128, 129, 130, 131, 142, 190, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 218, 223, 227, 244, 259, 272, 284, 290, 291

Classe Social e Discriminação 202

Colaboração 28, 47, 84, 123, 127, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 142, 197, 200, 244, 250, 272

Cooperação 30, 66, 71, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 142

Corpo 6, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 118, 160, 190, 214, 217, 221, 225

Cultura de Paz 95, 98, 100, 101, 102, 103, 245

Currículo 3, 33, 47, 61, 69, 70, 82, 124, 125, 183, 185, 190, 191, 192, 194, 218, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 257, 263, 266, 268

D

Debates 21, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 87, 178, 212, 221, 236, 258

Decolonialidade 228, 229, 231, 238

Desigualdade Socioeconômica 143, 145, 146, 151

Dialética 172, 196, 198, 277, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288

Diálogo 31, 55, 67, 68, 71, 91, 98, 108, 136, 172, 179, 181, 183, 197, 198, 199, 200, 204,

210, 213, 233, 249, 260, 263, 266, 267, 270, 271, 273, 274, 275

Difusão de Conhecimento 26

Diversidade 39, 46, 58, 60, 95, 96, 98, 99, 102, 103, 140, 156, 160, 203, 204, 206, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 232, 233, 235, 237, 242, 245, 254, 261, 281

Docentes 29, 52, 53, 91, 115, 116, 117, 125, 126, 127, 128, 189, 213, 218, 223, 224, 225, 237, 259, 265, 266, 268, 272

E

EaD 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 224

Educação 1, 2, 3, 5, 7, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 28, 29, 30, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 124, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 207, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 270, 271, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 288, 289, 290, 291

Educação Ambiental 76, 82, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 200

Educação do Campo 15, 16, 18, 19, 24, 291

Educação Escolar Indígena 1, 3, 5, 7, 12

Educação para a Paz 95, 96, 98, 100, 101, 102, 103, 104

Educação Profissional 47, 62, 63, 67, 69, 70, 155, 156, 158, 162, 164, 166, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 249, 277, 288, 289, 291

Educação Profissional Tecnológica 155, 162, 170, 171

Educacional 6, 7, 18, 36, 39, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 61, 62, 64, 66, 85, 93, 98, 99, 100, 105, 106, 108, 110, 111, 112, 114, 123, 127, 132, 141, 155, 173, 189, 190, 198, 203, 204, 205, 212, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 226, 227, 230, 231, 232, 241, 245, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 261, 276, 277, 282, 283

Emancipação 147, 148, 151, 172, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 205, 279

Empreendedorismo Social 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131

Ensino Científico 216

Ensino de Ciências 52, 53, 54, 197, 227, 291

Ensino Médio 137, 138, 139, 140, 155, 158, 160, 162, 164, 166, 167, 171, 172, 173, 174,

233, 235, 236, 237, 247, 261, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 288, 289

Ensino Superior 33, 67, 68, 69, 71, 86, 87, 88, 90, 93, 94, 115, 125, 126, 130, 139, 160, 171, 185, 187, 189, 192, 194, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 226, 227, 264, 268, 269, 290

Escola Comum 39, 42, 43

Extensão 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 72, 73, 75, 88, 89, 91, 92, 110, 111, 150, 160, 161, 168, 192, 196, 197, 198, 199, 200, 240, 241, 242, 244, 246, 257, 258, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 290

Extensão Universitária 28, 29, 30, 31, 33, 36, 192, 196, 199, 257, 258, 264, 267, 268, 269

F

Família 4, 39, 43, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 64, 69, 92, 94, 153, 210, 213

Financiamento da Educação 248, 249, 254, 256

Formação do Pedagogo 185, 188, 261, 263, 266

Formação Inicial 49, 52, 53, 167, 190, 191, 195, 257, 258, 259, 262, 263, 267, 268, 291

G

Gênero 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 111, 144, 146, 152, 173, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 213, 214, 215, 230, 231, 236, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247

Gestão da Educação 106, 114, 248, 255, 257, 258, 262, 265, 266

Gestão Democrática 105, 106, 107, 109, 112, 114, 133, 143, 248, 249, 253, 254, 255, 262, 263, 266

I

Impactos Ambientais 1, 2, 7

Inclusão 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 68, 87, 88, 90, 120, 122, 127, 144, 162, 166, 169, 200, 234, 241

Interculturalidade 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247

Intersecção Raça/Etnia e Gênero 202

J

Justiça Social 101, 143, 245

L

Lei Nº 7.040/98/SEDUC/MT 105, 109, 110, 112, 113

Luta de Classes 15, 16, 23, 283, 284, 285, 288

M

Meio Ambiente 3, 7, 21, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 119, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 199

Movimento Social 15, 16, 17, 18, 23, 87

Mulheres 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 274

Multiculturalismo 228, 230

P

Pandemia 34, 135, 141, 158, 162, 170, 200, 217, 223, 226

Parceria 23, 26, 43, 47, 65, 66, 92, 120, 194, 224, 286, 290

Pedagogia 13, 15, 19, 24, 46, 70, 96, 103, 105, 146, 175, 177, 180, 182, 183, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 201, 202, 227, 239, 241, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 265, 269, 276, 291

Permanência 39, 42, 45, 47, 48, 49, 68, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 133, 143, 155, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 181, 250, 271, 274

Pesquisa 1, 2, 5, 6, 7, 10, 11, 14, 15, 16, 24, 26, 27, 29, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 40, 52, 58, 61, 62, 63, 64, 67, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 81, 82, 84, 88, 89, 92, 93, 94, 96, 100, 103, 115, 116, 117, 119, 125, 127, 128, 131, 132, 134, 135, 140, 142, 143, 155, 160, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 178, 183, 184, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 201, 202, 204, 212, 215, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 257, 258, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 272, 273, 274, 276, 289, 290, 291

Política Educacional 18, 108, 114, 216, 219, 248, 249, 251, 252, 253, 256

Políticas Públicas 4, 5, 18, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 46, 49, 50, 87, 103, 106, 113, 114, 132, 133, 134, 135, 141, 156, 157, 158, 170, 172, 173, 175, 185, 186, 188, 192, 194, 217, 218, 238, 240, 244, 245, 249, 261, 262, 267

Práticas Colaborativas 196

Problematização 230, 254, 270, 271, 272, 273, 274, 276

Q

Quase-Mercado 216, 217, 218, 220, 223, 224, 226, 227

R

Recurso Pedagógico 270, 273, 274

Reforma Agrária 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 25

Representações Sociais 72, 73, 74, 75, 79, 81, 82, 83, 212

S

Saúde 5, 15, 24, 64, 82, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 101, 133, 157, 160, 169, 218,

240, 246, 276

Sociologia 69, 124, 126, 150, 154, 183, 214, 228, 229, 233, 234, 235, 236, 237, 238

Surdos 43

T

Textos Imagéticos 72, 74, 75, 78, 82

Travessia 212, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289

U

Unidades Escolares 68, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 113

V

Violência Escolar 202, 206, 207, 213, 215

Violência Simbólica 202, 204, 205, 207, 208, 213, 214

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021